



Demonstrações Financeiras

XS4 Capitalização S.A.

31 de dezembro de 2025

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração.....	03
Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	09
Balancos patrimoniais.....	15
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes.....	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.s.as. as demonstrações financeiras da XS4 Capitalização S.A. ("XS4 Capitalização" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e do resumo do relatório do Comitê de Auditoria.

1. Inovação em serviços

Com o propósito de adequar nossos serviços às melhores práticas de sustentabilidade, incluindo a busca pela transformação digital, disponibilizamos Chat Bot. para clientes, colaboradores CAIXA e parceiros no WhatsApp para obtenção de informações e realização de transações através do autosserviço. É possível consultar por meio do autosserviço: situação do título, informações referentes a sorteios, como resultados e números da sorte, saldo de reserva e informações de resgate, além da possibilidade de alterar cadastro, data de vencimento, dados bancários, reativação, solicitar documentos como Informe de Rendimentos, extrato, certificado e 2ª via de proposta. Essas melhorias trazem mais agilidade e segurança nos processos e, além de estarem alinhadas à estratégia, contribuem para a elevação nos índices de qualidade dos serviços e de satisfação dos clientes.

2. Desempenho das operações

- A receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 1.866.844 (R\$ 1.468.673 no ano anterior), representando um aumento de 27 % na referida rubrica;
- O valor total dos pagamentos de sorteios foi de R\$ 15.180 (R\$ 11.185 no ano anterior), que equivale a um crescimento de 36%;
- O custo de aquisição registrado foi de R\$ 145.711 (R\$ 113.033 no ano anterior), o que equivale a 8% da arrecadação da Companhia (8% no ano anterior);
- Ao final do exercício de 2025, a Companhia registrou um ativo total de R\$ 3.786.857 (R\$ 2.699.143 no ano anterior), o que configurou um aumento de 40%;
- O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 367.747 (R\$ 274.454 em 31 de dezembro de 2024), apresentando um aumento de 34%. A Companhia pagou R\$ 187.650 em dividendos no ano de 2025 (R\$ 232.062 em 2024), 19% a menos que foi pago no ano anterior, o que explica o aumento do patrimônio líquido;
- Ao final do exercício de 2025, a Companhia registrou 3,2 milhões de clientes e uma carteira de 4,4 milhões de títulos ativos;
- Foram realizados, trabalhos em conjunto com as áreas jurídica, conformidade e marketing visando promover a constante melhoria na qualidade do atendimento aos clientes com foco nos processos, destacando-se: melhoria da experiência do cliente; e pesquisa de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

3. Despesas Administrativas

As despesas administrativas incorridas durante o exercício de 2025 totalizaram R\$ 56.814 (R\$ 46.545 no ano anterior), representando um aumento de 22%. A proporção das despesas administrativas incorridas no exercício de 2025, em relação à arrecadação, foi de 3% (3% no ano anterior). A manutenção desse índice é resultante da busca constante pela eficiência das operações, alinhada ao crescimento da Companhia.

4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras líquidas das despesas financeiras, no ano de 2025, foram de R\$ 168.243, marcando um aumento de 72% em relação ao exercício anterior, quando alcançou R\$ 97.866. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo incremento do montante financeiro médio investido nos Fundos de Investimento, que passou de R\$ 2.152.541 em 2024 para R\$ 3.054.488 em 2025, e pelo aumento da rentabilidade absoluta da carteira, impulsionado principalmente pela elevação do CDI, que passou de 10,87% no período anterior para 14,31% no mesmo período em 2025.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores.

5. Distribuição de Dividendos

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 75% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido no ano	270.106	206.075
Constituição de reserva legal	-	(1.162)
Base para Distribuição de Dividendos	270.106	204.913
Constituição reserva especial para dividendos	137.760	-
Dividendos antecipados	132.346	149.609
Dividendos a pagar	-	4.076
Dividendos adicionais propostos	-	51.228

Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2026, com base no artigo nº 202, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404 de 1976, foi deliberado a constituição de uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$ 137.760 de dividendos obrigatórios de 2025, a ser ratificada na Assembleia Geral Ordinária de 2026. Essa retenção tem por objetivo manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

6. Recursos Humanos

Durante o exercício de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 30.780 (R\$ 25.514 no do ano anterior) em verbas salariais pagas aos colaboradores.

Ao longo do exercício de 2025 a área de Recursos Humanos, dentre as principais ações realizadas visando o bem-estar dos colaboradores, implementou:

- Início do projeto de Assessment com as lideranças;
- Incorporação do módulo de metas ao sistema de avaliação de competências, contemplando, além da avaliação de desempenho, as metas individuais e por área;
- Colaboração na elaboração da Política de Diversidade e Inclusão, em conjunto com a área de Estratégia, Planejamento e Sustentabilidade;
- Realização da Campanha de Vacinação contra a Gripe;
- Implementação de serviço de concierge para atendimento diferenciado no plano de saúde e odontológico dos colaboradores;
- Parceria no Fórum de Mulheres, com a realização de palestras mensais sobre temas relevantes a todos os colaboradores, com foco na mulher;
- Criação de 14 vagas, sendo 11 efetivas, 1 temporária e 2 para aprendizes;
- Certificação GPTW pelo 5º ano consecutivo;
- Realização de projetos/treinamentos com gestores, em atendimento ao projeto de Assessment;

- Elaboração de plano de ação para melhoria da nota do GPTW, avaliando necessidades e pontos de atenção da Companhia;
- Palestras com temas relevantes de saúde mental e prevenção de câncer;
- Início do Projeto Aprendizizes, com a realização de palestras sobre temas inclusivos e atuais para jovens da Instituição São Martino (instituição responsável pela gestão das jovens aprendizizes);

7. Sustentabilidade e Incentivos Fiscais

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 666, de 27 de junho de 2022, encontram-se publicados no site da Companhia (<https://www.caixacapitalizacao.com.br/sustentabilidade>) a Política de Sustentabilidade, o Estudo de Materialidade dos Riscos de Sustentabilidade e os Relatórios de Sustentabilidade referentes aos anos de 2023 e 2024, todos devidamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e a diversidade, a Companhia realiza, desde 2022, a compensação de suas emissões de gases de efeito estufa. Até o último inventário certificado, foram compensadas aproximadamente 882 toneladas de gases, assegurando a manutenção do selo de Carbono Neutro.

Em 2025, mantivemos o compromisso na promoção da equidade de gênero. As mulheres representam 60,7% do total de colaboradores (60,8% em 2024), 47% em níveis de gestão (47% em 2024), e 60% das novas contratações (34,5% em 2024). Abaixo destacamos a distribuição remuneratória por gênero:

Gêneros	31/12/2025			31/12/2024		
	Salário+ Benefício	RV (Gratif. + PLR)	Total	Salário+ Benefício	RV (Gratif. + PLR)	Total
Feminino	10.557	2.367	12.924	8.841	1.795	10.636
Masculino	9.216	2.527	11.743	7.679	2.208	9.887
Total	19.773	4.894	24.667	16.520	4.003	20.523

Nota: A remuneração total de mulheres em cargo de gestão foi de R\$ 3.113 em 2025 (R\$ 2.654 em 2024).

A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão foi elaborada e encontra-se em aprovação pelo Conselho de Administração.

Ao longo de 2025, foram promovidas diversas iniciativas, incluindo workshop de educação financeira durante a Semana ENEF, realização de censo de diversidade com colaboradores e conselheiros, além de palestras voltadas a temas ambientais e a grupos sociais. No mesmo exercício, a Companhia realizou a Comunicação de Progresso ao Pacto Global da ONU, obteve a certificação do Pacto de Promoção da Equidade Racial e participou da COP 30, realizada em Belém do Pará.

A Companhia também intensificou sua estratégia de sustentabilidade por meio do apoio a projetos de arte, cultura, educação, saúde e esporte voltados a grupos minorizados em todo o Brasil, bem como pela continuidade da comercialização do produto de filantropia premiável XCAP do Bem, que destina 50% do valor arrecadado à FENAPAE Brasil (Federação Nacional das APAEs).

Ao final do exercício de 2025 foram devolvidos à sociedade, através de projetos incentivados, o montante de R\$ 5.220 (R\$ 4.376, em 2024).

8. Compliance

A Companhia possui uma estrutura própria dedicada ao monitoramento e à verificação do cumprimento das normas internas e da legislação vigente, assegurando a conformidade regulatória e a integridade de suas operações. Neste contexto, a Coordenação de Compliance desempenha um papel crucial na disseminação de informações e no acompanhamento das ações das áreas de negócios, com o objetivo de garantir o alinhamento às exigências legais e regulatórias. A aplicação das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Companhia é de responsabilidade da Comissão de Ética, que, com o apoio da Coordenação de Compliance, realiza um acompanhamento contínuo e implementa ações periódicas para promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores e parceiros de negócios em relação aos princípios éticos e às boas práticas corporativas. Além do mais, a Companhia mantém canal de denúncias terceirizado, alinhado às melhores práticas de mercado, acessível ao público interno e externo, permitindo a comunicação de suspeitas de práticas ilícitas ou irregulares, garantindo o sigilo das informações e a proteção da identidade do denunciante.

9. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Companhia está comprometida com a prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Para atingir esse objetivo, possui processos, sistemas e controles robustos, em conformidade com sua Política específica e Avaliação Interna de Riscos, contando com uma equipe qualificada para monitorar operações e relacionamentos. São realizados treinamentos periódicos para disseminar as diretrizes e responsabilidades de cada área, incentivando a adoção de medidas eficazes para prevenir e combater crimes relacionados à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, bem como ao financiamento do terrorismo. Essas ações visam fortalecer a conscientização e garantir a conformidade com as normas vigentes.

10. Privacidade de dados

Com o avanço e a rápida expansão das soluções digitais, a Companhia implementou um conjunto de normas, processos e controles para assegurar a gestão adequada e a proteção da privacidade dos dados, em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Companhia está continuamente aprimorando sua governança por meio de medidas preventivas e corretivas, com foco na disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações de clientes, colaboradores e parceiros de negócios.

Sob a orientação do Encarregado de Proteção de Dados (*Data Protection Officer* - DPO), a Companhia assegura a conformidade com as legislações aplicáveis e promove a melhoria contínua da qualidade, transparência e proteção dos dados, bem como o atendimento às solicitações dos titulares de dados pessoais. São realizadas capacitações e ações de conscientização, além de adoção de boas práticas de segurança para proteção, identificação, detecção e resposta a ameaças.

11. Gestão de Riscos

A Companhia, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria de Riscos e Controles Internos, composta por uma Coordenação de Compliance e uma Coordenação de Riscos e Controles Internos, que atua conforme normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as linhas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos como primeira linha. A Companhia possui o Comitê de Riscos e Compliance, que possibilita que todos os riscos, de todas as categorias de riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam contemplados.

Nesse contexto, as definições da Declaração de Appetite a Riscos, o acultramento de gestão de riscos, a difusão das políticas, normas e processos, a gestão da continuidade de negócios (GCN) bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos formam as diversas linhas de atuação da Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados nas Resoluções CNSP 416/2021 e 467/2024, e suas alterações posteriores, que tratam dos níveis de supervisão e controle, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

12. Controles Internos

A Coordenação de Riscos e Controles Internos tem como objetivo apoiar todas as áreas de primeira linha na construção e manutenção de um ambiente de controles mais robusto e em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias neste ambiente de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas.

Suas atividades estão aderentes às normas locais e seguem as diretrizes da política de Gestão de Riscos e os principais frameworks internacionais de controles, tal como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A Companhia observa as definições e requisitos apresentados, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

13. Governança

A Companhia vem buscando a constante melhoria dos processos operacionais e elevação de seus resultados, com concomitante observância do desenvolvimento de controles internos, gestão de risco e implementação das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa, composta pela gerência de governança e societário e operacionalmente composta por:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria Executiva;
- Comitê Consultivo Financeiro;
- Comitê de Risco e Compliance;
- Comitê de Nomeação e Remuneração;
- Comitê de Produtos e Negócios;
- Comitê de Auditoria;
- Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

Esta estrutura permite aos acionistas monitorarem a Administração da Companhia de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, promoverem a adoção de boas práticas que visem atender a conformidade legal, regulatória e estatutária e impulsionarem o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

14. Auditores independentes

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionado aos exames de suas demonstrações financeiras, pelo valor anual de R\$ 374. No exercício de 2024 o valor foi de R\$ 383, prestado pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

15. Agradecimentos

A Administração da XS4 Capitalização S.A aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores e parceiros de negócio pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio regulatório.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
XS4 Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS4 Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.10 e 18, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização.

A provisão técnica de capitalização é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação de percentual de cotas definidas nas regras gerais dos produtos comercializados, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.

Devido a relevância dos números decorrentes dessas provisões nas demonstrações financeiras, incluímos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Teste com base em amostragem, da existência e precisão dos valores arrecadados por meio de confronto com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;
- (ii) Com auxílio técnico de especialista atuário, avaliamos a metodologia e a razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas;
- (iii) Efetuamos recálculo da referida provisão técnica de capitalização, conforme regras gerais dos produtos; e
- (iv) Em nossos processos de auditoria, também avaliamos as divulgações necessárias sobre as provisões técnicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.

Ativo intangível – Balcão Caixa

Conforme apresentado na nota explicativa nº 11, a Companhia possui um ativo intangível relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, o qual é amortizado pelo método linear durante o prazo do contrato assinado. Dado a relevância do valor envolvido e o impacto desse ativo nos negócios, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (v) Leitura e entendimento dos termos e condições do contrato firmado entre as partes que originaram o direito de exclusividade;
- (vi) Verificação do método de amortização linear contabilizado;
- (vii) Verificação do contrato que estabelece a vida útil do ativo intangível; e
- (viii) Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade, para execução da auditoria, significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas, em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/F



Ismael Nicomédio dos Santos

Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S- RJ

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		1.734.952	1.600.176
Disponível		13	485
Caixa e bancos		13	469
Equivalente de caixa	7	-	16
Aplicações	7	1.716.545	1.591.323
Créditos das operações	8	18.128	7.886
Créditos das operações de capitalização		17.610	4.687
Outros créditos		518	3.199
Títulos e créditos a receber		266	482
Créditos Tributários e Previdenciários	9.1	5	233
Outros créditos		261	249
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.051.905	1.098.967
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.909.456	948.116
Aplicações	7	1.868.176	914.296
Créditos tributários e previdenciários	9.2	28.295	32.918
Outros valores e bens	10	12.985	902
Imobilizado		669	582
Intangível	11	141.780	150.269
TOTAL DO ATIVO		3.786.857	2.699.143

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		3.411.085	2.424.196
Contas a pagar		37.416	45.389
Obrigações a pagar	12	17.389	19.404
Impostos e encargos sociais a recolher	13	2.097	1.728
Encargos trabalhistas	14	1.568	1.299
Impostos e contribuições	15	16.362	22.958
Débitos de operações com capitalização	16	3.975	1.972
Depósitos de terceiros	17	5	1
Provisões técnicas - capitalização	18	3.365.952	2.375.925
Provisão para resgates		3.316.495	2.333.688
Provisão para sorteio		49.457	42.237
Outros débitos		3.737	909
Passivo de arrendamento	10	3.737	909
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.025	493
Outros débitos		8.025	493
Provisões judiciais	20	239	493
Passivo de arrendamento	10	7.786	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	367.747	274.454
Capital Social		74.670	74.670
Reserva de capital		180.000	180.000
Dividendos adicionais		-	51.228
Reservas de lucros		152.694	14.934
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.617)	(46.378)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.786.857	2.699.143

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com títulos de capitalização		1.866.844	1.468.673
Contribuição com títulos de capitalização		1.866.844	1.468.673
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	24 a)	1.258.265	957.519
Contribuição - quotas de carregamento	24 a)	608.579	511.154
Variação da provisão para resgate	24 b)	(1.239.913)	(935.461)
Variação da provisão com sorteios	24 c)	(20.193)	(19.704)
Custo de aquisição	24 d)	(145.711)	(113.033)
Outras receitas e despesas operacionais	24 e)	(92.709)	(81.547)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(56.814)	(46.545)
Pessoal próprio		(30.780)	(25.514)
Serviços de terceiros		(3.494)	(1.928)
Localização e funcionamento		(15.835)	(13.199)
Publicidade e propaganda		(6.148)	(5.287)
Publicações		(69)	(61)
Donativos e contribuições		(392)	(429)
Despesas administrativas diversas		(96)	(127)
Despesas com tributos	24 f)	(32.650)	(27.493)
Resultado financeiro	24 g)	168.243	97.866
RESULTADO OPERACIONAL		447.097	342.756
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(7)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		447.090	342.756
Imposto de renda	25	(106.346)	(82.249)
Contribuição social	25	(66.414)	(51.313)
Participações sobre o lucro		(4.224)	(3.119)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		270.106	206.075
Quantidade de ações		13.334	13.334
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - R\$		20,26	15,45

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	270.106	206.075
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados Abrangentes (VJORA)	6.761	(50.424)
Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA)	11.269	(84.040)
Imposto sobre ajuste a valor de mercado	(4.508)	33.616
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	276.867	155.651

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS							Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva especial para dividendos	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.670	180.000	13.772	-	39.914	4.046	-	312.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	206.075	206.075
Constituição de reserva legal	-	-	1.162	-	-	-	(1.162)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(50.424)	-	(50.424)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(39.914)	-	-	(39.914)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(149.609)	(149.609)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(4.076)	(4.076)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	51.228	-	(51.228)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.670	180.000	14.934	-	51.228	(46.378)	-	274.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	270.106	270.106
Constituição reserva especial para dividendos	-	-	-	137.760	-	-	(137.760)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	6.761	-	6.761
Dividendos pagos	-	-	-	-	(51.228)	-	-	(51.228)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(132.346)	(132.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	74.670	180.000	14.934	137.760	-	(39.617)	-	367.747

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	270.106	206.075
Ajustes para		
Depreciação e amortização	11.052	10.440
Variação das provisões técnicas	1.441.483	1.062.302
Despesas de juros	25	64
Variação de impostos sobre o lucro	174.952	135.031
Lucro líquido ajustado	1.897.618	1.413.912
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações	(1.072.341)	(861.467)
Créditos das operações de capitalização	(10.242)	987
Créditos tributários e previdenciários	(33)	(5)
Ativo fiscal diferido	4.623	(32.918)
Outros valores e bens	(12.083)	1.250
Outros ativos	(2.024)	(1.461)
Outras contas a pagar	3.430	2.132
Débitos de operações com capitalização	2.003	(1.091)
Depósitos de terceiros	4	(15)
Provisões técnicas - capitalização	(451.456)	(201.285)
Outros débitos – provisões judiciais	(254)	387
Outros passivos	11.587	172
Caixa gerado pelas operações	370.832	320.598
Juros pagos	(180)	(64)
Imposto sobre o lucro pagos	(182.124)	(123.467)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	188.528	197.067
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Compra Imobilizado e Intangível	(377)	(500)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(377)	(500)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(973)	(932)
Pagamento de dividendos	(187.650)	(232.062)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(188.623)	(232.994)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(472)	(36.427)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	485	36.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13	485

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A XS4 Capitalização S.A. (denominada “XS4 Capitalização” ou “Companhia”), constituída em 19 de agosto de 2020, é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.804/0001-32, tem sua sede localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000 - Ed Aqwa Corporate, 17º andar, SL 1701 – Rio de Janeiro – Brasil, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas unidades da federação, desde de sua constituição, sendo, à época, uma subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding Securitária”), tendo por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia tem sua estrutura acionária composta da seguinte forma: A Caixa Holding Securitária S.A. mantém 75% de participação no capital total da Companhia, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu Seguridade S.A., por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Companhia.

No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade (“Grupo”), a Companhia foi constituída conforme o acordo de associação firmado entre Icatu Seguridade S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade que tem direito a explorar, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

Os valores contidos nas Demonstrações são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e equivalente de caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

3. Resumo das práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do resultado

Com a edição da Circular SUSEP nº 678/22, com vigência a partir de 2024, o resultado da Companhia passou a ser apurado pelo regime contábil de competência.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscrito (quotas de capitalização e sorteio) e a receita de carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

- I - O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II - O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito de diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e, conseqüentemente em trânsito.

São considerados equivalentes de caixa as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente através de cotas de fundos de investimentos exclusivos, podendo ser também detidos de forma direta pela Companhia em títulos públicos e por fundos de investimentos não exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros – que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixas contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, a Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

3.4.1. Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Um instrumento financeiro é classificado pelo Valor Justo por meio do Resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

3.4.2. Custo amortizado

Um instrumento financeiro é classificado ao custo amortizado quando é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é exclusivamente o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, e quando seus termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (teste SPPJ).

3.4.3. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Um instrumento financeiro é classificado como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes se as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.4.4. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das Operações de Capitalização” e “Títulos e créditos a receber”, que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.5. Arrendamento mercantil

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*;
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e o contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis da Companhia referem-se basicamente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de rede de distribuição (Balcão Caixa), conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

3.7 Impairment de ativos financeiros

3.7.1 Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são decorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode estar estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do Imposto de Renda sobre as Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, correntes e diferidos, no ativo e passivo, é feito com base em cálculos considerando as alíquotas de tributos vigentes na data-base das Demonstrações, sendo o IRPJ 25% e a CSLL 15%, considerando as adições e exclusões previstas na legislação em vigor e compensações de créditos tributários são aplicadas, quando cabíveis.

A expectativa da Administração sobre a realização das diferenças temporárias existentes, com base em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de cinco anos, permite os reconhecimentos dessas diferenças temporárias no ativo diferido.

Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabeleceu, dentre outras providências, novas regras para concessão de incentivos e benefícios tributários; a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, para as empresas de capitalização de forma progressiva de 17,5% a partir de 1º abril de 2026, e 20% a partir de 2028.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, as decisões e posicionamento dos Tribunais em ações semelhantes, sendo revista de acordo com a fase processual e as decisões proferidas no processo. Com exceção das custas judiciais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Não são provisionados os valores relacionados às custas e taxa judiciais e os depósitos recursais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

Os honorários de sucumbência são registrados no sistema de acompanhamento processual da Companhia e incluídos no cálculo da provisão do processo, , cujas informações são cadastradas pelos escritórios externos, com base nas decisões judiciais e, posteriormente, validadas pelo Jurídico interno. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios legais.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão de receitas diferidas

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022 e Circular SUSEP nº 678/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão.

3.11. Estimativas

A preparação das Demonstrações de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações Financeiras incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações;
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

3.12. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.13. Benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar dos colaboradores. O colaborador poderá contribuir de 3% a 12% do seu salário base mensal e a empresa aporta o mesmo percentual. As contribuições do patrocinador, são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o acordo tem como referência a Convenção Coletiva de Trabalho. A participação está condicionada a existência de Lucro no exercício, juntamente com o alcance das metas corporativas, das metas estabelecidas para cada área e da avaliação individual qualitativa.

Os demais benefícios são: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e auxílio funeral, vale-transporte, vale-refeição e alimentação, auxílio creche, auxílio academia, universidade corporativa, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

4. Normas

4.1. Nova norma ainda não adotada

4.1.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 227/2025, que institui o Comitê Gestor do IBS, os processos administrativos tributários e a repartição da arrecadação desse tributo.

A Companhia vem monitorando a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações e orientações que forem sendo publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4.1.2. CPC 51 (IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*)

O pronunciamento técnico CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, convergente ao IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, substituindo o CPC 26(IAS1). O CPC 51 introduz alterações principalmente relacionadas à apresentação do desempenho financeiro, com foco na padronização de subtotais e na classificação de receitas e despesas em categorias específicas. O pronunciamento não altera os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Em 22/12/2025, o CFC publicou NBC TG 51, aprovando o CPC 51 e Resolução CVM nº 238 de 26 de dezembro de 2025, aprovou o documento de revisão de pronunciamento técnico nº 28 - alterações decorrentes do CPC 51.

A aplicação do CPC 51 é obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027; A companhia está avaliando a absorção da norma e seus impactos nas demonstrações financeiras em 2026, visando garantir o reconhecimento dos seus reflexos comparativo, quando da sua adoção.

4.1.3. CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (IFRS 7) – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB fez emendas na IFRS 9 (CPC 48) e na IFRS 7 (CPC 40 R1), introduzindo novos requisitos de divulgação, classificação de ativos financeiros e de reconhecimento de passivos financeiros. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A companhia aguarda a regulamentação no ambiente brasileiro.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.4. CPBS 01 e 02 – Riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade e ao clima

Em setembro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) aprovou o CBPS 01 e CBPS 02, que requerem que a entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das NBC TDS01 e NBC TDS02 dispõe que a norma se aplica em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo os pronunciamentos ainda não foram referendados pela SUSEP.

5. Gestão de risco

A Companhia possui Estrutura de Gestão de Riscos própria, a qual foi estabelecida de forma integrada a um Sistema de Controles Internos suportados por uma estrutura organizacional, normativos, ferramentas e processos, os quais são constantemente revisados e atualizados.

5.1. Sistema de controles internos e gestão de riscos

A EGR da Companhia foi estabelecida conforme a Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021 e suas atualizações, tendo como principal finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. As incertezas que possam afetar os objetivos estabelecidos pela Companhia são mapeadas e compõem os inventários de riscos, mantendo-se o monitoramento dos principais riscos na matriz de riscos. Os riscos estão subdivididos nas categorias de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico, conformidade, reputacional e de subscrição, também em conformidade com o que define a legislação vigente.

As respostas aos riscos são realizadas e monitoradas pelas três linhas da Companhia. A primeira linha é composta pelas áreas de negócio que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. A segunda linha é formada pelas áreas que centralizam atividades de gestão de riscos, compliance e controles internos. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle, desenvolvimento da cultura de Gestão de Riscos, além de servirem como agentes facilitadores da comunicação entre as unidades de negócios da Companhia. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos inventariados são classificados de acordo com seu potencial de impacto e probabilidade de materialização.

Em conformidade com a Resolução CNSP 416, a Companhia possui um Diretor de Riscos e Controles Internos, assessorado por uma Coordenação de Riscos e Controles Internos e uma Coordenação de Compliance, a partir das quais vem estruturando e melhorando seus controles internos e aumentando sua resiliência.

Em relação à Gestão da Continuidade do negócio, a XS4 Capitalização S.A. possui seus processos críticos identificados por meio da sua BIA (*Business Impact Analysis*), bem como os respectivos planos operacionais (PCNs), os quais são testados no mínimo uma vez ao ano.

No decorrer de 2025 foram promovidas ações de capacitação com o objetivo de conscientizar os colaboradores sobre a cultura de gestão de riscos e conformidade, abordando temas como a importância da Gestão da Continuidade do Negócio, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Ética no ambiente corporativo.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

6.1. Principais riscos associados

6.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, ou seja, o risco de que o emissor do título não honre o principal e/ou o pagamento de juros.

A estratégia atual da Companhia é considerar investimentos e ativos de baixo risco. Atualmente, o investimento em ativos de emissores privados é vedado na Política de Investimentos.

No fundo exclusivo, em 31 de dezembro de 2025, não houve aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, em linha com a estratégia definida pela área de Investimentos, que sinalizou a gestão do fundo a minimizar, ao máximo, a exposição a esse tipo de ativo, a fim de evitar a exigência de capital para risco de crédito (R\$ 353 em 31 de dezembro de 2024). A mesma estratégia foi aplicada à composição da carteira de ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que também não apresentou saldo nessa data (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024).

Já no fundo não exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais totalizou R\$ 22.898 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 83.284 em 31 de dezembro de 2024).

No fechamento de 2025, tanto as operações compromissadas quanto os equivalentes de caixa geraram uma exigência de capital de risco de crédito na ordem de R\$ 366 (R\$ 366 gerado pelo não exclusivo) desconsiderando a diversificação dos riscos.

6.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração o VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês com nível de confiança de 95%, e usando a metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade com Lambda de 0,94. No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de Risco	31/12/2025			31/12/2024		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
SELIC/CDI	0,94	(37)	1.639.630	0,94	249	1.591.532
IPCA	0,94	33.738	1.950.964	0,94	19.197	914.296

O VaR apurado foi calculado com base na premissa de marcação a mercado de todos os ativos da carteira, líquidos dos custos, incluindo aqueles registrados pela curva e classificados como Custo Amortizado. Nessa perspectiva, a exposição ao IPCA corresponde à soma do valor contábil das NTN-Bs, no montante de R\$ 1.945.390, com a mais-valia — entendida como a diferença entre o valor de mercado e o valor pela curva — dos ativos classificados como Custo Amortizado, no valor de R\$ 5.574.

Adicionalmente, o VaR negativo associado ao fator de risco SELIC/CDI indica que esse fator contribuiu para a redução do VaR total, estimado em R\$ 33.701, em função do efeito de diversificação entre os diferentes fatores de risco.

6.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade mensal da carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A necessidade de liquidez de longo prazo será monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Diretoria Financeira Administrativa.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos:

Ativos e passivos	31/12/2025			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	13	-	-	13
Aplicações financeiras (*)	227.596	120.978	3.236.446	3.585.020
Crédito das operações	17.610	-	-	17.610
Títulos e créditos a receber	266	-	-	266
Realizável a longo prazo	3.538	6.369	3.078	12.985
Total de ativos	249.023	127.347	3.239.524	3.615.894
Contas a pagar	37.416	-	-	37.416
Provisões técnicas	710.181	752.961	1.902.810	3.365.952
Débito das operações	3.975	-	-	3.975
Outros débitos	5.368	2.998	3.396	11.762
Depósitos de terceiros	5	-	-	5
Total de passivos	756.945	755.959	1.906.206	3.419.110

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	31/12/2024			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	469	-	-	469
Equivalente de caixa	16	-	-	16
Aplicações financeiras (*)	139.694	225.889	2.140.229	2.505.812
Crédito das operações	7.886	-	-	7.886
Títulos e créditos a receber	482	-	-	482
Realizável a longo prazo	902	-	-	902
Total de ativos	149.449	225.889	2.140.229	2.515.567
Contas a pagar	45.389	-	-	45.389
Provisões Técnicas	448.182	483.462	1.444.281	2.375.925
Débito das operações	1.972	-	-	1.972
Outros Débitos	909	-	493	1.402
Depósitos de terceiros	1	-	-	1
Total de passivos	496.453	483.462	1.444.774	2.424.689

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar dos Fundos (exclusivo e não exclusivo). Estes valores representam o montante de R\$ 299 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ (193) em 31 dezembro de 2024).

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações financeiras. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

6.1.4. Risco operacional

O Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional pode se materializar ainda em função de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal ou cibernético, e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de gestão de riscos corporativos com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

Em 2024 foi implementada uma ferramenta para fazer a gestão dos riscos e controles internos e planos de ação da Companhia. Esta ferramenta possibilita que a área faça uma gestão de maneira automatizada e integrada com a Auditoria Interna, respeitando-se sua independência. Além disso, também possibilita a gestão das obrigações regulatórias, controlando prazos e enviando alertas antes do vencimento por meio de fluxo eletrônico de mensagens.

Em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 666, Art.3, foi elaborado um estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade os quais a Companhia se encontra exposta, onde foram levadas em consideração características de suas atividades, operações, produtos, serviços, clientes, fornecedores e prestadores de serviços. O estudo concluiu que estes riscos são imateriais. Não obstante, a Companhia monitora estes riscos a fim de identificar possíveis tendências de impactos futuros.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela Coordenação de Riscos e Controles Internos, que reporta os resultados ao Diretor de Riscos e Controles Internos.

A gestão de riscos operacionais também atua no desenvolvimento e implementação de um banco de dados com os registros das perdas operacionais que se materializaram. Este banco de dados permitirá uma análise de causas-raiz dos eventos que as originaram e a criação de planos de ação para desenvolvimento de novos controles ou melhoria daqueles existentes.

A ferramenta de GRC contratada para automatizar a gestão de riscos da Companhia possui um módulo de gestão de perdas. Através deste módulo será possível realizar o registro e mapeamento das possíveis fontes de perda operacional da Companhia. A necessidade da contratação de uma ferramenta para a gestão de perdas foi definida por meio de estudo interno, visando a conformidade com a legislação vigente.

6.1.5. Risco de subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de títulos de capitalização e provisões técnicas.

Para o risco de subscrição são considerados:

- a) Limite máximo de um percentual definido internamente do último patrimônio líquido auditado do exercício anterior para o valor máximo do somatório de todos os sorteios previstos por série e por mês;
- b) O tamanho de série utilizado em cada novo produto será sempre compatível com a expectativa do volume de vendas daquele produto.

Para todos os seus produtos, a Companhia utiliza um sistema de tecnologia da informação que otimiza a distribuição de números da sorte, visando a menor dispersão possível do risco de sorteio. Este cálculo é acompanhado, mensalmente, pelo Diretor Técnico e de Produtos.

Para a taxa de juros garantida, devem ser considerados os seguintes fatores:

- a) Os valores compatíveis com as projeções do cenário econômico publicado pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN); Atualmente a taxa de juros utilizada é 0,5% ao mês para todos os produtos da Companhia;
- b) Caso o cenário econômico venha se alterar significativamente, a Companhia revisará os seus produtos podendo readequar a taxa de juros garantida. O monitoramento do cenário econômico é feito através da projeção de indicadores de riscos financeiros em cenários de estresse.

6.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos são revisados e discutidos periodicamente, pelo menos 1 vez ao ano, em reuniões realizadas com os diretores executivos, para que eles possam avaliar individualmente a pertinência e as exposições de probabilidade e impacto e, posteriormente, de forma consensual entre toda a Diretoria Executiva.

A revisão dos riscos estratégicos faz parte do ciclo de revisão do inventário de riscos da Companhia e busca identificar ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia por meio do seu planejamento estratégico, bem como os riscos emergentes e os eventuais cenários de crise ao qual a Companhia possa estar exposta.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

7.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, por meio dos fundos de investimentos em que aplica, alocou 100% de seus recursos em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano).

O valor total das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) no fundo exclusivo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.560.428 (R\$ 1.411.099 em 31 de dezembro de 2024).

O total referente às NTN-Bs no fundo exclusivo foi de R\$ 1.945.389 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 914.296 em dezembro de 2024). Do total de ativos indexados ao IPCA, R\$ 1.069.807 encontram-se classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), enquanto R\$ 875.582 estão classificados ao custo amortizado.

As NTN-Bs classificadas ao custo amortizado foram adquiridas ao longo de 2025, possuem vencimento em 15/05/2045 e apresentam carregio médio de IPCA + 7,23% a.a.

A custódia dos títulos públicos federais que compõem a carteira dos fundos exclusivos e não exclusivos estão na SELIC e são acompanhados e conferidos periodicamente.

A Caixa Capitalização S.A. remunerou a CAIXA Asset Management DTVM S.A. o montante de R\$ 2.322 em 2025 (R\$ 1.834 em 2024), referente a taxa de administração do Fundo Caixa Exclusivo XS4 FIF RF RL.

A Companhia estruturou a sua carteira de investimentos através dos fundos de investimentos exclusivos e um fundo não exclusivo. A seguir segue a demonstração da abertura das carteiras desses fundos, considerando os valores dos ativos investidos, assim como outros valores pertencentes às carteiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	3.505.527	2.325.566
Títulos Públicos	3.505.817	2.325.395
Operações Compromissadas*	-	353
Disponibilidades	7	11
Valores a Pagar	(298)	(194)
Valores a Receber	1	1
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	79.194	180.069
Total das Aplicações Financeiras - Fundos Consolidados	3.584.721	2.505.635

(*) Destaca-se que parte do saldo das operações compromissadas, as quais compõem as carteiras dos fundos investimentos exclusivos, é apresentada nestas Demonstrações financeiras como Equivalente de Caixa, uma vez que atendem cumulativamente aos critérios estabelecidos no item 6, do CPC 03 (R2). Os valores são da ordem de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16, em 31 de dezembro de 2024).

Segue demonstração da abertura da carteira:

		31/12/2025	
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Quotas de Fundos de Investimento			
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.560.428	1.560.428
Operações Compromissadas	Selic	-	-
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(290)	(290)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	79.194	79.194
Total		1.639.332	1.639.332

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2025				
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	1.069.807	1.135.835	(66.028)
Total		1.069.807	1.135.835	(66.028)

31/12/2025			
Custo Amortizado	Taxas contratadas	Valor contábil /curva	Valor justo
Quotas de Fundos de Investimento			
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 7,23%	875.582	881.157
Total		875.582	881.157

31/12/2024			
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Operações Compromissadas – Equivalente de caixa			
	Selic	16	16
Total		16	16
Valor Justo por meio de Resultado (VJR)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor de mercado
Quotas de Fundos de Investimento			
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	1.411.099	1.411.099
Operações Compromissadas	Selic	337	337
Custos dos Fundos Exclusivos	-	(182)	(182)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	180.069	180.069
Total		1.591.323	1.591.323

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Taxas contratadas	Valor contábil /justo	Valor curva	Valor VJORA
Quotas de Fundos de Investimento				
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 5,87%	914.296	991.593	(77.297)
Total		914.296	991.593	(77.297)

7.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.232.695	490.277	-	1.722.972
(+) Aplicações	962.772	542.151	-	1.504.923
(-) Resgates (*)	(746.136)	(116.450)	-	(862.586)
(+) Rendimentos	142.008	82.358	-	224.366
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(84.040)	-	(84.040)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	1.591.339	914.296	-	2.505.635
(+) Aplicações	999.433	96.746	878.238	1.974.417
(-) Resgates (*)	(1.210.552)	(61.344)	(13.262)	(1.285.158)
(+) Rendimentos	259.112	108.839	10.606	378.557
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	11.270	-	11.270
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	1.639.332	1.069.807	875.582	3.584.721

*pagamento de cupom

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total*	Nível 01	Nível 02	Total*
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.560.428	79.194	1.639.622	1.411.452	180.069	1.591.521
Letras Financeiras do Tesouro	1.560.428	-	1.560.428	1.411.099	-	1.411.099
Operações Compromissadas	-	-	-	353	-	353
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	79.194	79.194	-	180.069	180.069
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	1.069.807	-	1.069.807	914.296	-	914.296
Notas do Tesouro Nacional	1.069.807	-	1.069.807	914.296	-	914.296
III. Títulos mensurados ao custo amortizado:	875.582	-	875.582	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	875.582	-	875.582	-	-	-
Total (I + II)	3.505.817	79.194	3.585.011	2.325.748	180.069	2.505.817

(*) O saldo não contempla o caixa, valores a receber e valores a pagar do Fundo exclusivo. Estes valores representam o montante de R\$ (290) em 31 de dezembro de 2025 (R\$ (182) em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia efetuou análises dos possíveis impactos da adoção do CPC 48 e de acordo com a metodologia de cálculo aprovada pela Administração não foram identificadas mudanças significativas.

8. Créditos das operações de capitalização

Registra os títulos comercializados que não foram reportados pelas instituições financeiras. Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

Segue abaixo a composição das operações com capitalização:

Produto	31/12/2025	31/12/2024
PM001T	7.059	2.036
PM024T	10.070	1.932
PU002T	459	207
PU018T	-	512
PUP13T	22	-
Total	17.610	4.687

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Créditos tributários e previdenciários

Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

9.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos a curto prazo no valor de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabeleceu, dentre outras providências, novas regras para concessão de incentivos e benefícios tributários; a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, para as empresas de capitalização de forma progressiva de 17,5% a partir de 1º abril de 2026, e 20% a partir de 2028.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

Ativo - Não Circulante

	31/12/2023	Constituição	Realização /reversão	31/12/2024	Constituição	Realização /reversão	31/12/2025
Imposto de Renda Diferido	-	24.017	(3.588)	20.429	-	(2.957)	17.472
Ativo- Ajuste de TVM	-	22.912	(3.588)	19.324	-	(2.817)	16.507
Ativo- Diferenças Temporárias	-	1.105	-	1.105	-	(140)	965
	-						
Contribuição Social Diferida	-	14.642	(2.153)	12.489	25	(1.691)	10.823
Ativo- Ajuste de TVM	-	13.748	(2.153)	11.595		(1.691)	9.904
Ativo- Diferenças Temporárias	-	894	-	894	25		919
Total	-	38.659	(5.741)	32.918	25	(4.648)	28.295

Passivo - Não circulante

	31/12/2023	Constituição	Realização /reversão	31/12/2024	Constituição	Realização /reversão	31/12/2025
Imposto de Renda Diferido	1.354	1.903	(3.257)	-	-	-	-
Passivo- Ajuste de TVM	1.685	1.903	(3.588)	-	-	-	-
Passivo- Diferenças Temporárias	(331)	-	331	-	-	-	-
				-	-	-	-
Contribuição Social Diferida	812	1.141	(1.953)	-	-	-	-
Passivo- Ajuste de TVM	1.012	1.141	(2.153)	-	-	-	-
Passivo- Diferenças Temporárias	(200)		200	-	-	-	-
Total	2.166	3.044	(5.210)	-	-	-	-

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais, outras provisões e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR).

Conforme circular SUSEP Nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudos aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para apuração de lucros tributáveis nos próximos 5 anos, viabilizando o uso na integridade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, contabilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As principais diferenças temporárias são realizáveis no exercício subsequente, não representando a necessidade de projeção de lucros tributáveis de longo prazo.

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	239	239	493	493
Participações dirigentes	-	2.271	-	1.545
Participações nos lucros e resultados	4.068	4.068	2.820	2.820
Ajustes a valores justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros (VJORA)	66.027	66.027	77.297	77.297
Outras obrigações a pagar	1.015	1.015	1.100	1.100
Arrendamento (IFRS16)	(1.462)	(1.462)	6	6
Total das provisões temporárias	69.887	72.158	81.716	83.261
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	17.472	10.823	20.429	12.489

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo no início do exercício	20.429	12.489	(1.354)	(812)
Reconhecimento no resultado	(140)	25	773	695
Reconhecimento no patrimônio líquido	(2.817)	(1.691)	21.010	12.606
Saldo no final do exercício	17.472	10.823	20.429	12.489

10. Outros valores e bens – direito de uso

Composto pelo ativo de arrendamento, a movimentação está apresentada a seguir:

Ativo	31/12/2024	Adição	Baixa		31/12/2025
			/transferência	Depreciação	
Imóvel	902	953	-	(902)	953
Licença software		12.975		(943)	12.032
Total	902	13.928	-	(1.845)	12.985

Passivo	31/12/2024	Adição	Baixa		31/12/2025
			/transferência	Depreciação	
Circulante					
Imóvel		909	953	(909)	953
Licença software		-	2.594	190	2.784
Não Circulante					
Licença software		-	10.381	(2.595)	7.786
Total	909	13.928	(3.314)		11.523

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	31/12/2023	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Imóvel	2.152	-	-	(1.250)	902
Total	2.152	-	-	(1.250)	902

Passivo	31/12/2023	Adição	Baixa /transferência	31/12/2024
Circulante				
Imóvel	71	-	838	909
Não circulante				
Imóvel	1.597	-	(1.597)	-
Total	1.668	-	(759)	909

O montante de pagamento de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.314 (R\$ 932 em 31 de dezembro de 2024).

Arrendamento a Pagar	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento a Pagar	13.346	931
Juros de arrendamento	(1.823)	(22)
Total	11.523	909
Circulante	3.737	909
Não Circulante	7.786	-

11. Intangível

O valor do intangível é referente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. O valor é amortizado linearmente de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos e, a metodologia de cálculo aprovada pela administração por meio de estudo técnico, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição de *impairment*.

	Taxa anual de amortização	Taxa anual de amortização				31/12/2025
		31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	
Adquiridos de Terceiros						
Balcão de Vendas (a)	5%	150.000	-	-	(9.000)	141.000
Sistemas de Computação	20%	269	511	-	-	780
Total		150.269	511	-	(9.000)	141.780

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa anual de amortização	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024
Adquiridos de Terceiros						
Balcão de Vendas (a)	5%	159.000	-	-	(9.000)	150.000
Sistemas de Computação	20%	154	115	-	-	269
Total		159.154	115	-	(9.000)	150.269

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. Amortizado pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos.

12. Obrigações a pagar

Segue abaixo a composição do grupo de Obrigações a Pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Fornecedores	10.010	8.265
Dividendos e bonificações a pagar	-	4.076
Participação nos lucros a pagar	4.068	2.820
Honorários/Remuneração e gratificações a pagar	2.271	1.545
Pagamento a realizar comissão	-	1.613
Outras obrigações a pagar	1.040	1.085
Total	17.389	19.404

13. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
Imposto de renda retido funcionário	319	295
Imposto de renda retido terceiros	347	337
Contribuições previdenciárias	893	687
Contribuições para o FGTS	117	100
Outros impostos retidos (*)	421	309
Total	2.097	1.728

(*) Refere-se a PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte de terceiros.

14. Encargos trabalhistas

São registrados nessa rubrica as provisões de férias, décimo terceiro e encargos sociais a pagar no valor de R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e Contribuições

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, referente ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Descrição		
IR - Ano Corrente	107.552	83.021
Antecipação de IR	(99.938)	(72.627)
Contribuição Social no Ano Corrente	67.462	51.991
Antecipação de CSLL	(61.596)	(41.732)
COFINS	2.479	1.983
PIS / PASEP	403	322
Total	16.362	22.958

16. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões no valor de R\$ 3.975 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.972 em 31 de dezembro de 2024).

17. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação no valor de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024). O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes e esse processo ocorre em até 30 dias.

18. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2024	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão Matemática para Capitalização	2.187.168	1.233.908	(640.416)	205.363	2.986.023
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	146.518	526.937	(397.688)	4.154	279.921
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1	126.083	(75.795)	262	50.551
Provisão para Resgates	2.333.687	1.886.928	(1.113.899)	209.779	3.316.495
Provisão para Sorteios a Realizar	40.691	32.500	(27.501)	1.012	46.702
Provisão de Sorteios a Pagar	1.547	15.278	(14.103)	33	2.755
Provisão para Sorteios	42.238	47.778	(41.604)	1.045	49.457
Total	2.375.925	1.934.706	(1.155.503)	210.824	3.365.952

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31/12/2023	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão Matemática para Capitalização	1.428.118	935.718	(300.525)	123.857	2.187.168
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	55.180	305.896	(215.411)	854	146.519
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	-	41	(40)	-	1
Provisão para Resgates	1.483.298	1.241.655	(515.976)	124.711	2.333.688
Provisão para Sorteios a Realizar	30.684	28.545	(20.027)	1.489	40.691
Provisão de Sorteios a Pagar	926	11.184	(10.570)	6	1.546
Provisão para Sorteios	31.610	39.729	(30.597)	1.495	42.237
Total	1.514.908	1.281.384	(546.573)	126.206	2.375.925

19. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	3.365.952	2.375.925
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	3.505.528	2.325.551
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	69.644	166.479
Total dos Ativos Vinculados	3.575.172	2.492.030
Equivalente de caixa	-	16
Total dos ativos vinculados	3.575.172	2.492.046
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	209.220	116.121

20. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, decorrentes de ações de relação de consumo e trabalhista. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis						
Probabilidade de perda	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	70	239	239	31	186	186
Possível	1	6	-	5	29	-
Remota	21	283	-	16	233	-
Total	92	528	239	52	448	186

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Probabilidade de perda	Causas Trabalhistas					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	-	-	-	1	307	307
Possível	-	-	-	1	344	-
Remota	1	305	-	-	-	-
Total	1	305	-	2	651	307
Total	93	833	239	54	1.099	493

Segue abaixo, a movimentação das provisões judiciais:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	186	102	(49)	239
Trabalhistas	307	153	(460)	-
	493	255	(509)	239

	Saldo em 31/12/2023	Constituição líquida de reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	106	107	(27)	186
Trabalhistas	-	307	-	307
	106	414	(27)	493

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 74.670 representado por 13.334 dividido em 6.667 ações ordinárias e 6.667 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

A rubrica “Reserva de Capital” registra os valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 180.000, referente a constituição da reserva de investimento decorrente do direito de acesso exclusivo ao Balcão Caixa, no prazo de 20 anos.

c) Reserva de lucros

Em 31/12/2025, as reservas de lucros são R\$ 152.694 (R\$ 14.934 em 31 de dezembro de 2024).

d) Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente a Companhia pagou como dividendos antecipados o valor de R\$ 132.346 referente ao lucro líquido apurado até 30/06/2025.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A distribuição dos resultados de 2025 e de 2024, aconteceram como apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido no ano	270.106	206.075
Constituição de reserva legal	-	(1.162)
Base para Distribuição de Dividendos	270.106	204.913
Constituição reserva especial para dividendos	137.760	-
Dividendos antecipados	132.346	149.609
Dividendos a pagar	-	4.076
Dividendos adicionais propostos	-	51.228

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de fevereiro de 2026, os acionistas acionaram o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, e constituíram uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$ 137.760 de dividendos obrigatórios de 2025. Essa retenção tem o objetivo de manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo bruto era de R\$ 66.027, R\$ 39.617 líquido dos tributos (R\$ 77.297 de saldo bruto e R\$ 46.378 líquido de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

f) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	367.747	274.454
Ajustes contábeis	(151.481)	(174.069)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(9.701)	(23.800)
Ativos Intangíveis	(141.780)	(150.269)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	7.333	18.643
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	3.344	-
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	-	14.930
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	3.989	3.713
PLA Nível 1	201.016	91.266
PLA Nível 2	3.989	18.643
PLA Nível 3	18.594	9.119

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	223.599	119.028
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	3.127	3.241
Capital de Risco de Subscrição	12.779	10.309
Capital de Risco de Mercado	113.784	52.463
Capital de Risco - Redução por correlação	(11.095)	(8.934)
Capital de Risco Operacional	5.367	3.713
Capital de Risco (CR) (b)	123.962	60.792
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	123.962	60.792
Patrimônio líquido ajustado	223.599	119.028
(-) Exigência de capital - EC	(123.962)	(60.792)
Suficiência de capital - R\$	99.637	58.236
Suficiência de capital (% da EC)	180%	196%

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciam o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas, como segue:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Coligada) (a)	-	-	8.423	6.622	-	-	89.448	72.736
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (b)	-	-	-	1.019	-	-	-	-
Caixa Holding Securitária S.A. (Controladora) (b)	-	-	-	3.057	-	-	-	-
Caixa Corretora S.A. (Ligada) (c)	-	-	3.975	1.972	-	-	135.070	106.697
Caixa Econômica Federal S.A.(Controladora) (d)	3.584.734	2.506.105	-	-	-	-	22.288	22.398
XS5 CONSÓRCIO S.A.(e)	-	-	-	-	1.291	323	590	147
XS6 ASSISTENCIA S.A (Ligada) (e)	-	-	-	-	5.373	3.160	2.440	1.530
XS3 Seguros S.A. (Ligada) (e)	-	-	-	-	2.984	2.232	1.792	1.349
XS2 Vida e Previdência S.A. (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	47	40
Caixa e Vida Previdência S.A (Ligada) (g)	-	-	-	-	-	-	1.659	1.435
Caixa Cartões Pré-pagos S.A. (Ligada) (h)	-	-	-	-	-	-	1.796	1.435
Total	3.584.734	2.506.105	12.398	12.670	9.647	5.714	255.130	207.767

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir.

(a) Despesas como localização e funcionamento, bem como com o BPO (gestão do processamento, arrecadação, resgate e gerenciamento dos títulos e demais sistemas operacionais).

(b) Dividendos a pagar.

(c) Despesas de comissão de venda de títulos de capitalização.

(d) Valor referente as despesas bancárias, aplicações financeiras (líquido da taxa de administração dos fundos exclusivos, conforme nota 7.1) e disponível.

(e) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência bimestral. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao produto adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao cliente. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

(f) Seguro de vida e acidentes dos funcionários.

(g) Contribuições, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários.

(h) Taxa de administração coletiva e acessórias oriundas do Contrato de Prestação de Serviços para emissão de cartões CAIXA Refeição e Alimentação aos empregados.

22.1 Remuneração do pessoal – chave da Administração

A remunerações e benefícios atribuídas aos Administradores, membros dos Comitês e do Conselho de Administração, é deliberado anualmente, por meio da Assembleia Geral.

Descrição	Passivo		Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Membros da Diretoria	2.271	1.545	5.299	4.076
Conselho Fiscal	-	-	233	237
Comite de Risco	-	-	182	145
Comite de Auditoria	-	-	484	479
Conselho de Administração	-	-	803	456
Total	2.271	1.545	7.001	5.393

23. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2025			31/12/2024		
Produto	Processo	% de Carregamento	Produto	Processo	% de Carregamento
PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%	PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%
PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%	PM024T	15414.601390/2024-21	14,55%
PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%	PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%
PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%	PU018T	15414.639893/2023-98	19,92%
PU007I	15414.615855/2021-88	25,16%	PU008T	15414.615250/2022-78	17,76%

24. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

	31/12/2025	31/12/2024
a) Com títulos de capitalização		
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	1.260.466	959.401
Devolução e Cancelamento - quotas cap e sorteio	(2.201)	(1.882)
Total quotas de capitalização e sorteio	1.258.265	957.519
Contribuição - quotas de carregamento	610.424	512.812
Devolução e Cancelamento - quotas carregamento	(1.845)	(1.658)
Total quotas de carregamento	608.579	511.154
b) Resultado com resgate		
Reversão da provisão para resgate	2.175	1.531
Constituição da provisão para resgate	(1.229.157)	(931.397)
Despesas com resgate	(12.931)	(5.595)
Total	(1.239.913)	(935.461)
c) Resultado com sorteios		
Reversão da provisão para sorteio	27.236	20.026
Constituição da provisão para sorteio	(32.248)	(28.545)
Despesas com títulos sorteados	(15.181)	(11.185)
Total	(20.193)	(19.704)

d) Custo de aquisição - capitalização

Despesas de corretagem	(135.069)	(106.696)
Despesas de custeamento de vendas	(10.642)	(6.337)
Total	(145.711)	(113.033)

e) Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

Receita com resgate de título	29.347	19.065
Títulos de capitalização a prazo	(124.493)	(100.382)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.437	(230)
Total	(92.709)	(81.547)

f) Despesas com tributos

Impostos		
COFINS	(26.569)	(22.332)
PIS	(4.317)	(3.629)
Taxa de fiscalização	(1.764)	(1.532)
Total	(32.650)	(27.493)

g) Resultado financeiro

Categoria - Valor justo por meio do resultado	378.557	224.366
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	359.406	211.797
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	19.151	12.569
Outras receitas financeiras - atualização monetária	821	-
Total – receitas financeiras	379.378	224.366
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(210.824)	(126.202)
Outras despesas financeiras	(311)	(298)
Total – despesas financeiras	(211.135)	(126.500)

Total	168.243	97.866
--------------	----------------	---------------

25. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	447.090	447.090	342.756	342.756
Participações nos Lucros e Resultados	(4.224)	(4.224)	(3.119)	(3.119)
Resultado antes dos Impostos	442.866	442.866	339.637	339.637
ADIÇÕES	15.266	15.266	12.030	12.030
Adição Permanente	7.673	7.673	7.617	6.072
Adição Temporária:	7.593	7.593	4.413	5.958
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	239	239	493	493
Participações dirigentes	2.271	2.271	-	1.545
Participações nos lucros e resultados	4.068	4.068	2.820	2.820
Outras obrigações a pagar	1.015	1.015	1.100	1.100

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
EXCLUSÕES	(8.776)	(10.692)	(3.627)	(5.059)
Exclusão Permanente:				
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(493)	(493)	(106)	(106)
Amortização de arrendamento mercantil	(3.542)	(3.542)	(932)	(932)
Participação dirigentes		(1.916)	-	(1.432)
Participações nos lucros e resultados	(2.820)	(2.820)	(2.271)	(2.271)
Outras exclusões	(1.921)	(1.921)	(318)	(318)
Resultado Ajustado	449.356	447.440	348.040	346.608
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Reversão da provisão de créditos tributários	(140)	25	772	695
Despesas com IRPJ/CSLL	(106.346)	(66.414)	(82.249)	(51.313)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24%	15%	24%	15%

26. Eventos subsequentes

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

Conselho de administração

Presidente

Inês da Silva Magalhães

Vice-presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares
Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Alexandre Petrone Vilardi
Elton Bernardo Bandeira de Melo

Diretoria

Diretora Presidente

Nelma Souza Tavares

Diretores

Ary Jorge dos Santos Costa
Gustavo Pimenta Germano Santos
Augusto Coelho Cardoso
Werner da Silva Frank

Contador

José Ricardo Alves Pereira
CRC RJ 084222/O-8

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394